

# **Ambiente em 2006 - O Melhor e o Pior**

## **A Quercus apresenta aqui alguns dos melhores e dos piores factos ambientais de 2006 e traça algumas perspectivas para o ano de 2007.**

O ano 2006 confirmou os piores receios relativos à fragilidade do Ministério do Ambiente no actual governo. Apesar deste ministério e do próprio governo contar com várias personalidades com experiência na área do ambiente, o ano que agora termina revelou uma enorme desilusão face às expectativas criadas. O Ministério do Ambiente deixou-se ficar ao serviço dos interesses de outros sectores, dando mesmo cobertura a vários projectos lesivos para o equilíbrio ecológico.

### **O PIOR DE 2006**

#### **Viabilização dos projectos Costa Terra e Pinheirinho em Rede Natura 2000**

Com a publicação de um despacho conjunto dos Ministérios do Ambiente e da Economia o governo reconheceu interesse público aos projectos de loteamento Costa Terra e Herdade do Pinheirinho, dando assim luz verde para a sua concretização no interior do sítio da Rede Natura 2000 "Comporta/Galé", no Litoral Alentejano. A avaliação de impacte ambiental destes projectos revelou prejuízos preocupantes em espécies e habitats prioritários e não considerou a avaliação de alternativas de localização.

#### **Avanço de obras públicas e privadas em áreas classificadas**

Ao longo de 2006 inúmeros foram os projectos públicos e privados viabilizados em áreas classificadas. Fazendo uso de instrumentos como as declarações de imprescindível utilidade pública e as classificações como projectos PIN (Potencial Interesse Nacional), o governo revelou ter como orientação base a viabilização de qualquer investimento mesmo que localizado em zona classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), povoamento de sobreiros e azinheiras ou Rede Natura 2000, sem olhar à existência de alternativas de localização.

Este tem sido o caso do IC9 (sublanço Carregueiros/Tomar), da fábrica do IKEA em Paços de Ferreira, das plataformas logísticas e da barragem do Sabor.

#### **Erosão costeira e desertificação continuam a avançar**

Apesar dos vários planos, programas e estratégias aprovados para a orla costeira a erosão continua a avançar fruto de erros cometidos no passado, muitos dos quais continuam a ser repetidos no presente. A taxa média de erosão costeira nos últimos anos atingiu nalguns casos 9 metros/ano, afectando 28,5% de extensão da nossa costa principalmente o Norte e Centro do país, e colocando Portugal como o 6º pior caso na União Europeia. Apesar de 2006 ter sido o Ano Internacional dos Desertos e Desertificação Portugal pouco fez para travar a desertificação que já afecta 36% do território nacional, empobrecendo os solos e reduzindo a sua capacidade produtiva.

#### **Co-incineração avança antes dos CIRVER e sem Avaliação Ambiental**

O avanço dos testes de co-incineração de resíduos industriais perigosos (RIP) nas cimenteiras do Outão (Secil) e Souselas (Cimpor), com isenção de avaliação de impacte ambiental, relegou para segundo plano a implementação dos CIRVER (Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos), contrariando o processo de gestão sustentável destes resíduos, que implica que antes de se proceder à sua queima se avaliem as potencialidades de reutilização e reciclagem.

#### **Zonas livres de transgénicos são proibidas pela portaria que as deveria criar**

A criação de zonas livres de cultivo de plantas transgénicas é uma realidade em todo o mundo que apresenta especial força na União Europeia. Portugal, apesar de ter acordado tarde, tem já 14% do seu território politicamente declarado como zona livre e as câmaras mostram-se progressivamente interessadas em tal estatuto. O governo, mandatado para garantir a sua regulamentação, optou por tentar esvaziar um fenómeno que lhe escapa e se revela particularmente incómodo face à Comissão Europeia. Assim, a Portaria 904/2006 consegue o feito de impor à aprovação de qualquer zona livre municipal maior convergência política do que é necessária até para o orçamento e plano anual de actividades (maioria de dois terços vs. maioria simples), ao mesmo tempo que institui a ditadura da minoria visto permitir que um único agricultor anule tal decisão camarária. Os municípios farão bem em continuar a mostrar como até aqui o seu empenho político em prol de uma agricultura mais sustentável.

### **O MELHOR DE 2006**

#### **Aposta nas energias renováveis**

Apesar de Portugal continuar fortemente dependente do petróleo e de utilizar de forma pouco eficiente a energia, os concursos públicos para a atribuição de potências de produção de energia eléctrica através dos aproveitamentos eólicos e de biomassa e a isenção de ISP aos pequenos produtores de biodiesel, revelam alguma vontade em apostar nas energias renováveis.

### **Menos área florestal ardida**

A área florestal ardida em 2006 diminuiu drasticamente em comparação com os últimos anos que nos habituaram a valores sempre muito acima dos 100 mil hectares. Resta saber se se conseguiu evitar ultrapassar os 80 mil hectares ardidos porque as condições climatéricas ajudaram e já havia menos para arder depois dos incêndios dos últimos anos ou se finalmente as medidas de prevenção e combate começam a dar alguns resultados.

### **Governo não apoia energia nuclear**

Apesar da proposta lançada a discussão pelo empresário Patrick Monteiro de Barros para a construção de uma central nuclear de produção de energia eléctrica em Portugal, o governo tomou uma atitude muito positiva negando essa pretensão. A energia nuclear comporta riscos e pode ter custos ambientais e económicos muito elevados pelo que não seria uma opção adequada para Portugal.

### **Imposto Automóvel com preocupações ambientais**

A 1 de Julho de 2006 foi introduzida uma componente ambiental no cálculo do imposto automóvel dos veículos ligeiros de passageiros e ligeiros mistos de peso bruto até 2300 Kg. Uma pequena parte do imposto automóvel (cerca de 10% em média) passou a ser definido em função das emissões de dióxido de carbono por quilómetro, procurando assim privilegiar a opção por veículos menos poluentes. No entanto, ficou por implementar outros critérios de especial importância como a existência ou não de filtros de partículas em veículos a gasóleo.

### **Aprovação do sistema nacional de certificação energética dos edifícios**

O Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios foi publicado em Diário da República a 4 de Abril último, transpondo parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE. Este Sistema regula a aplicação dos Regulamentos aprovados a 26 de Janeiro pelo Conselho de Ministros, o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE). Desta forma foi criando um instrumento que poderá melhorar substancialmente o desempenho energético dos edifícios e contribuir para uma construção mais sustentável em Portugal.

## **PERSPECTIVAS PARA 2007**

### **Conservação da Natureza em maus lençóis**

Com mais um corte profundo no orçamento para 2007 do Instituto de Conservação da Natureza, que se vem somar a tantos outros ocorridos ao longo dos últimos anos e às investidas cada vez mais fortes de grandes investimentos turístico-imobiliários em áreas sensíveis, colocam a preservação de habitats e espécies ameaçadas numa posição particularmente difícil. A rescisão dos protocolos com as ONGAs para gestão dos Centros de Recuperação de Animais Selvagens é já um indício das dificuldades que 2007 poderá trazer para a conservação da Natureza.

### **Plano Sectorial para a Rede Natura melhorado**

O Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 que esteve em discussão em 2006 revelou inúmeras fragilidades que se espera estejam a ser corrigidas ou pelo menos atenuadas para que em 2007 possa ser aprovado um documento muito melhor.

### **Ordenamento do território cada vez pior**

Apesar de 2007 trazer consigo o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, o aumento da artificialização do território (mais 41% entre 1985 e 2000) e da superfície construída (alguns conselhos aumentaram o seu parque habitacional em mais de 60% entre 1991 e 2001) e o impacte das últimas cheias, revela que continua em progressão acelerada a ocupação desordenada do território. Espera-se que 2007 consiga abrir uma discussão alargada sobre os riscos que a manutenção desta situação comporta e provoque uma reversão da situação cada vez mais insustentável.

### **Uma melhor reforma penal do ambiente**

Depois da proposta para a reforma penal ter chegado à Assembleia da República em 2006, o próximo ano será decisivo para a sua discussão e aprovação. A Quercus em conjunto com outras entidades já começou a discutir esta proposta na que ao ambiente diz respeito e constatou que há muito a corrigir. Espera-se que no documento final aprovado estejam contempladas as sugestões apresentadas de modo a que os crimes ambientais não fiquem mais dez anos por sancionar.

### **Mais agricultura biológica**

A promessa de novos apoios, que poderão atingir os seis milhões de euros em 2007, para investimentos na área da agricultura biológica poderá constituir um importante impulso a este modo de produção agrícola mais respeitador do ambiente.

**Lisboa, 27 de Dezembro de 2006**

A Direcção Nacional da  
QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza

---

Para mais esclarecimentos contactar:  
Hélder Spínola, Presidente da Direcção Nacional